



ATA DA TRIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 14/08/2014

CONSELHEIROS PRESENTES

- 2
3 Edison Pereira de Lima – representante suplente da Secretaria de Estado do
4 Desenvolvimento Econômico Sustentável – SDS;
5 Flavio Rene Brea Victoria – representante titular da Secretaria de Estado do Planejamento –
6 SPG;
7 Bento Garcia – representante titular da Secretaria de Estado da Agricultura e Pesca – SAR;
8 Michele Marcon Telles – representante titular da Secretaria de Estado da Saúde – SES;
9 Luiz Carlos Rihl de Azambuja - representante titular da Secretaria de Estado da Fazenda –
10 SEF;
11 Dayna Maria Bortoluzzi – representante suplente da Secretaria de Estado da Fazenda - SEF;
12 Ana Maria Mello Peixoto – representante suplente das Centrais Elétricas de Santa Catarina
13 S/A – CELESC;
14 Vanessa dos Santos – representante suplente da Companhia Catarinense de Águas e
15 Saneamento – CASAN;
16 Ivana Becker – representante titular da Fundação de Meio Ambiente – FATMA;
17 André Miquelante – representante suplente da Federação Catarinense dos Municípios –
18 FECAM;
19 Fabiane Nóbrega – representante suplente da Federação das Indústrias do Estado de Santa
20 Catarina – FIESC;
21 Rogério Bardini – representante titular da Associação Catarinense de Irrigação e Drenagem
22 – ACID;
23 Alexandre Bach Trevisan – representante titular da Associação Catarinense dos Engenheiros
24 – ACE;
25 Alberto Odon May – representante suplente da Associação Brasileira de Engenharia
26 Sanitária e Ambiental – ABES;
27 José Vicente Miranda Regina – representante titular da Associação Brasileira de Recursos
28 Hídricos – ABRH;
29 Héctor Raul Muñoz Espinosa– representante suplente da Associação Catarinense das
30 Fundações Educacionais – ACAFE;
31 Lauro César Zanatta – representante suplente da Associação Brasileira de Águas
32 Subterrâneas – ABAS;

33
34 **OUTROS REPRESENTANTES**

- 35 Milvo Zancanaro – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC;
36 Nadia Bernardi Bonumá – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC;
37 Guilherme Miranda Jr. – Epagri;
38 Gilmar Sadrinski – Haco Etiquetas;
39 Ruan Michel da Rocha – Haco Etiquetas;
40 José Cavalheiro Neto – Embraco;
41 Edson Murilo A. Vieira – Arcelor Mittal;
42 Vinicius Tavares Constante – Secretário Executivo do CERH;

43
44 **INÍCIO:** 14h05min **TÉRMINO:** 16h30min
45

46 Às quatorze horas e cinco minutos do décimo quarto dia do mês de agosto de dois mil e



**ATA DA TRIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 14/08/2014**

47 quatorze, no Auditório Oswald Camilli da CELESC, Florianópolis, reuniram-se os acima
48 nominados para discutir, conforme a ordem do dia, os seguintes assuntos:

49

50 **Abertura:**

- 51 • Aprovação da Ata da 8ª Reunião Extraordinária do CERH;
- 52 • Posse de novo conselheiro do CERH;

53

54 **Deliberações sobre:**

- 55 • Minutas de 2 resoluções CERH que tratam sobre o uso e a outorga do direito de uso
56 das águas subterrâneas no Estado de Santa Catarina;

57

58 **Apresentações sobre:**

- 59 • Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
- 60 • Relatório das atividades do CERH e das Comissões Técnicas;

61

62 **Informações gerais.**

63

64 Após a verificação do quórum, o Secretário Executivo do Conselho Estadual de
65 Recursos Hídricos (CERH), Vinicius Constante, abriu a 36ª Reunião Ordinária do CERH e
66 como a Presidente do CERH não estava presente, lembrou que existe a necessidade de
67 escolha de conselheiro para presidir a reunião e normalmente tem sido escolhido o
68 conselheiro que está há mais tempo no CERH. Seguindo este procedimento o conselheiro
69 José Vicente Miranda Regina, representante da Associação Brasileira de Recursos Hídricos
70 – ABRH, foi escolhido para presidir a reunião. José Vicente passou ao primeiro item da
71 pauta, informando que todos os conselheiros haviam recebido por e-mail a Ata da 8ª
72 Reunião Extraordinária do CERH e indagou se algum conselheiro tem alguma sugestão de
73 alteração. O Prof. Héctor Raul Muñoz Espinosa, representante da ACAFE, cumprimentou a
74 todos os presentes e manifestou satisfação em retornar ao conselho que participou durante
75 muitos anos, desde sua criação; em seguida sugeriu que seja anexada à Ata a composição
76 do CERH que foi aprovada durante a reunião 8ª Reunião Extraordinária. Não havendo outra
77 manifestação, a Ata foi aprovada, condicionada à inclusão do anexo. Deu-se
78 prosseguimento ao próximo item da pauta, posse do novo conselheiro Prof. Héctor Raul
79 Muñoz Espinosa, representante suplente da ACAFE, com a leitura do termo de posse e
80 assinatura do mesmo. José Vicente deu prosseguimento a pauta com o item “**Deliberação
81 sobre as minutas de 2 resoluções CERH que tratam sobre o uso e a outorga do direito
82 de uso das águas subterrâneas no Estado de Santa Catarina**”, passando para
83 esclarecimentos do Secretário Executivo do CERH e de representantes da CTORH.
84 Vinicius Constante relatou sobre o processo de discussão do assunto, desde a elaboração de
85 propostas de normativas sobre águas subterrâneas em Santa Catarina pela DRHI, as análises
86 e ajustes feitos pela CTORH e CTIL, a discussão no CERH e o retorno para a CTORH. Em
87 seguida, o técnico da DRHI/SDS e membro da CTORH, Fabio Zandonai, fez uma
88 apresentação mostrando as fontes de informações utilizadas para elaborar estas minutas de
89 resolução, apresentou resumidamente os conteúdos das minutas e como será o processo de
90 transição do licenciamento ambiental para a outorga. Vinicius informou que, em caso de
91 aprovação das minutas de resolução nesta reunião, as resoluções serão publicadas após o
92 CONSEMA aprovar a retirada da perfuração de poços da resolução CONSEMA n °



**ATA DA TRIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 14/08/2014**

93 12/2013. O representante da ABAS, Lauro Zanatta, lembrou que o licenciamento ambiental
94 para a perfuração de poços foi implantado por causa de uma demanda do ministério público
95 justamente porque na época não havia nenhum controle sobre esta atividade e a SDS não
96 tinha condições de realizar a outorga. Milvo Zancanaro, da FIESC, informou que em outros
97 estados onde sua empresa necessita perfurar poços também não existe o licenciamento
98 ambiental, somente a outorga. Lauro Zanatta salientou que é de extrema importância que as
99 análises das outorgas das águas superficiais e das águas subterrâneas (aquíferos livres)
100 sejam integradas, devido a mútua influência entre os dois sistemas. Zanatta informou que a
101 ANA vai realizar um seminário para discutir justamente esta questão da interação entre as
102 águas superficiais e subterrâneas. O Prof. Dr. Héctor Raul Muñoz Espinosa, representante
103 da ACAFE, corroborou com as colocações feitas pelo conselheiro Lauro Zanatta,
104 lembrando que o ciclo hidrológico é único; fez também algumas considerações que
105 considera pertinente para ajuste da redação das resoluções. Propôs na resolução que trata do
106 uso das águas subterrâneas, no quarto considerando, inserir após “... Lei Estadual nº
107 9.022/93 ...” o texto “... modificado pela lei nº 15.249/2010 ...”; no art. 6º substituir “...
108 atendendo as deliberações dos Comitês de Bacias ...” por “... com a participação dos
109 Comitês de Bacias ...”; acrescentar ao final do § 1º do art. 7º, “e deverão constar no Plano
110 de Recursos Hídricos da respectiva bacia.”; e no § 3º do art. 17 alterar onde diz “As vazões
111 inferiores a 5 (cinco) metros cúbicos por dia, consideradas insignificantes ...” por “As
112 vazões inferiores a 5 (cinco) metros cúbicos por dia serão consideradas insignificantes ...”.
113 Todas as sugestões foram aceitas pela plenária. O representante da SPG, Flavio Victoria,
114 parabenizou a equipe da DRHI pelo esforço em avançar na regulamentação da outorga em
115 Santa Catarina, lembrou que este é um esforço continuado de vários anos, salientando a
116 importância do mapeamento hidrogeológico que hoje possibilita o avanço neste processo.
117 Flavio Victoria alertou também que se deve estabelecer uma modelagem que possibilite a
118 verificação das interferências das captações efetuadas no mesmo aquífero, questão que já
119 deve estar sendo pensada pela equipe técnica da outorga; ainda manifestou sua preocupação
120 com a quantidade de pessoal e a existência de sistema informatizado para dar conta das
121 demandas de outorga de águas subterrâneas com a qualidade necessária. Fabio Zandonai
122 informou que existe planejamento para a estruturação da DRHI nos próximos meses, e
123 espera que seja efetivado. Lauro Zanatta argumentou que o técnico que outorga água
124 subterrânea deve trabalhar em conjunto com que outorga água superficial. O Prof. Héctor
125 Raul Muñoz Espinosa lembrou que com a aprovação destas resoluções o órgão gestor passa
126 a ter as definições necessárias para cumprir suas atribuições relativas à implementação da
127 outorga das águas subterrâneas, e isso implica que o órgão gestor se instrumentalize para
128 tal; cabe ao CERH monitorar a implementação das resoluções pelo órgão gestor. José
129 Vicente pediu que constasse em ata a recomendação deste conselho para que a SDS tenha a
130 precaução de se estruturar adequadamente para dar conta de por em prática estas
131 resoluções. O Diretor de Recursos Hídricos, Edison Pereira de Lima, informou que o BM, a
132 ANA e o TCE já reconheceram que a estrutura da DRHI é insuficiente para dar conta das
133 suas atribuições e manifestaram sua preocupação com a situação, e considera interessante
134 que o CERH também se manifeste sobre este problema. José Vicente sugeriu que o
135 conselho aprove na sua próxima reunião uma moção com esta redação que exprime sua
136 preocupação com a falta de estrutura do órgão gestor. Vinicius Constante sugeriu que esta
137 minuta de moção seja elaborada pela CTIL. Flavio Victoria lembrou que a DRHI tem
138 demandas muito grandes e que um PL de criação de órgão gestor independente já esteve na



**ATA DA TRIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 14/08/2014**

139 Assembleia Legislativa, e considera de extrema importância este posicionamento por meio
140 de moção com um conteúdo organizado e indo para além da preocupação com a
141 estruturação para dar conta da outorga de águas subterrâneas, mas também para atender
142 minimamente todas suas atribuições. A representante da FATMA, Ivana Becker, lembrou
143 do contexto pelo qual a FATMA passou a fazer o licenciamento dos poços para ter um
144 controle ambiental desta atividade, reforçou sua preocupação sobre a importância da
145 estruturação da DRHI para dar conta das demandas de outorga, pois com a estrutura atual
146 não dará conta das demandas e provavelmente as análises serão precárias. José Vicente
147 sugeriu que a moção do CERH seja direcionada para instâncias maiores à SDS, mandar
148 para o governador, para o TCE, e eventualmente para o ministério público, para o BM e à
149 ANA. O Prof. Héctor Raul Muñoz Espinosa lembrou que a intenção de criação de um órgão
150 gestor existe desde a década de 1990, mas por vários motivos nunca se efetivou, portanto
151 neste momento eleitoral seria estratégico que os candidatos ao governo do estado insiram
152 este assunto em seus planos de governo, neste sentido sugeriu aos conselheiros que, caso
153 tenham algum contato com os candidatos, levem este tema para que seja inserido nos planos
154 de governo. O representante da SAR, Bento Garcia, questionou qual seria o objetivo da
155 moção, reivindicatório ou manifestação de preocupação, e argumentou que se o objetivo é
156 manifestar a preocupação do CERH, ela deve ser encaminhada para o governador, o TCE e
157 o MP, contudo se o objetivo é reivindicar, aí sim deve ser encaminhado para todas as
158 instituições levantadas e candidatas a governador. Bento Garcia considera que a moção
159 deve ser enviada somente para o governador, o TCE e o MP. José Vicente pôs em votação
160 as minutas de resolução, que foram aprovadas por unanimidade (com as alterações na
161 redação já aceitas pela plenária). Partiu-se para o seguinte item da pauta, **“apresentação**
162 **sobre os Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos”**. O técnico da
163 Gerência de resíduos sólidos da DSMA/SDS, Robson Ávila Wolff, apresentou programa da
164 SDS para auxílio aos municípios que necessitam elaborar seus planos de resíduos sólidos,
165 uma vez que a legislação federal definiu que até agosto de 2012 os municípios deveriam ter
166 seus planos prontos, em seguida esta data foi estendida para 2014, mas mesmo assim a
167 grande maioria dos municípios ainda não conseguiram fazer seus planos; a SDS utilizando
168 como fonte de recursos o FEHIDRO fez descentralização orçamentária para as SDRs firmar
169 convênio com as associações de municípios que deveriam contratar os Planos; em 2013
170 foram descentralizados R\$4.793.237,74 para a elaboração de planos em 121 municípios que
171 possuem 1.853.572 habitantes; em 2014 foram descentralizados R\$3.755.220,00 para a
172 elaboração de planos em 42 municípios abrangendo 1.984.825 habitantes; ao final
173 totalizarão 163 municípios, atendendo 3.838.397 e somando R\$8.548.457,74. Robson
174 apresentou também o estudo que regionaliza os sistemas de gestão dos resíduos sólidos,
175 estudo que será parte do plano estadual. O representante da FECAM, André Miquelante,
176 manifestou sua preocupação com a exigência de que 70% dos resíduos sólidos devam ser
177 reciclados por considerar uma meta que não será alcançada. O prof. Héctor Muñoz sugeriu
178 que seja apresentado na próxima reunião do CERH a situação do Plano Estadual de
179 Recursos Hídricos. A seguir, Vinicius Constante apresentou o **“Relatório das atividades**
180 **do CERH e das Comissões Técnicas”**. Vinicius informou que o relatório foi elaborado
181 com base na análise das pautas e atas das reuniões do CERH, onde foram sistematizadas as
182 informações de 37 reuniões e todos os assuntos discutidos foram agrupados em 9 temas;
183 destes assuntos os mais discutidos durante a década de 1990 são os relacionados a criação
184 dos comitês de bacias, já na década de 2000 foram os relacionados aos instrumentos de



**ATA DA TRIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 14/08/2014**

185 gestão e mais recentemente a distribuição dos temas se equilibrou mais. Em seguida
186 Vinicius apresentou a situação de cada uma das 6 comissões técnicas. José Vicente
187 argumentou que a distância dos membros da Comissão Técnica do Rio Uruguai não pode
188 ser empecilho para ela não se reunir, uma vez que pode ser utilizado um recurso como a
189 teleconferência. Milvo Zancanaro concordou com José Vicente e informou que em
190 novembro ocorrerá um fórum de discussão na Argentina sobre a bacia do rio Uruguai. José
191 Vicente lembrou também que a criação do comitê do rio Uruguai é meta prioritária do
192 Plano Nacional de Recursos Hídricos e por isso reforçou a ideia de que a comissão precisa
193 se reunir, mesmo que por teleconferência. Por fim, José Vicente agradeceu pela presença e
194 participação ativa de todos e deu por finalizada a reunião.

Florianópolis, 14 de agosto de 2014.

Vinicius Tavares Constante
Secretário Executivo do CERH